

SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2022

§

PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2022

Execução Técnica

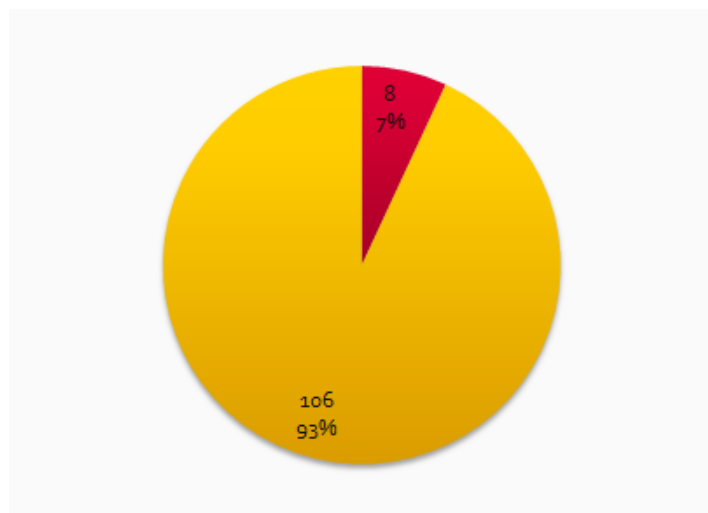
Execução tendo por referência as atividades programadas para o período: outubro 2015 – junho 2022

Atividades programadas para o período: 114¹

Atividades não realizadas: 8

Atividades concluídas ou em curso: 106

Taxa de execução: 93,1 %

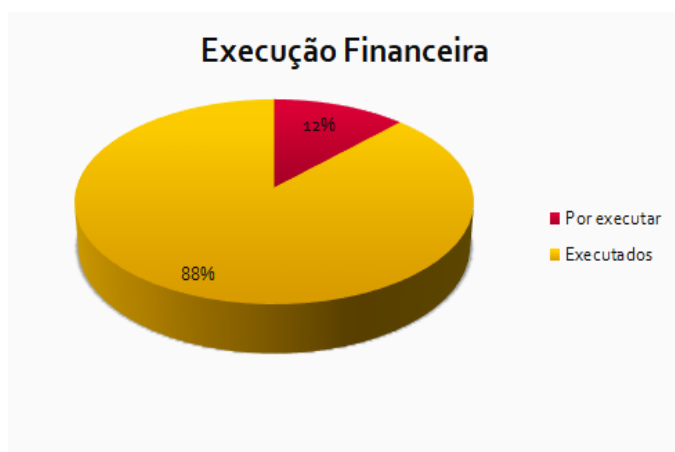


Atividades não realizadas	8
Atividades concluídas ou em curso	106

Execução Financeira

Orçamento: eur 8.050.000 | Execução: 7.055.740,61²

Execução financeira



Por executar	EUR	994.259,39
Executados	EUR	7.055.740,61

Compromissos assumidos



Por executar	EUR	822.200,53
Executados	EUR	7.227.799,47

1. Contabilização das atividades através do Plano Global de Trabalhos (93 meses), onde se incluíram as atividades 2.1.5 e 3.4.1.

2. Informação a 31 de março de 2022.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



Atividade 2.1.5

Assistência técnica à medida (em curso)

- § Ação de formação de oficiais de justiça de Angola. 1.ª e 2.ª fase concluída, 3.ª fase em agendamento até ao final de junho de 2022. Elaboração dos manuais de formação concluída.
- § Aquisições para os Centros de Formação Jurídica e Judiciária (ou estruturas equivalentes) - em curso aquisição para CFJ) de Timor-Leste.
- § Aquisições para o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Cabo Verde (em curso).

Atividade 2.2.1 e 2.2.2

Formações CEJ/EPJ

Realização da 3.ª fase em Timor-Leste, entre 30 de maio e 3 de junho de 2022.

Atividade 3.2.1

Seminários abertos

Realização do Seminário em Timor-Leste, 9 de junho de 2022.

Atividade 3.3.1

Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais (participação no 1.º Encontro Anual de Juízes Caboverdianos, 25 a 27 de maio de 2022).

Atividade 3.6.2

Criação de um projeto sustentável de Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concurso internacional (por concluir).

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2022 para além do Plano Global de Trabalhos

§ Encontro de Escolas de Formação dos PALOP + TL e estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa. Em estudo a realização do *needs assessment* ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor Leste.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

1.1.1

Conferência internacional «Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL» realizada em formato híbrido no dia 16 de novembro de 2021.



1.1.2.1

Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos»
setembro de 2018, Luanda, Angola

1.1.2.2

Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito»
29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde

1.1.2.3

Seminário «Cooperação Judiciária e Policial»
3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau

1.1.2.4

Conferência «A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção»
3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

1.1.2.5

Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal»
11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe

1.1.2.6

Seminário «Tribunais e Estado de Direito»
27, 28 e 29 de julho 2016, Díli, Timor-Leste

1.1.3

Missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira

17 a 21 abril 2017, S. Tomé e Príncipe e convertida a 2.ª fase na construção da plataforma informática de comunicação de operações suspeitas (já adjudicada e em fase de construção)

1.2.1

Consolidação da Legis-PALOP

Identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.



1.2.2

Extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste

§ Conclusão da inserção e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridos e classificados 2284 atos normativos e 1415 acórdãos (todos sujeitos a processo de anonimização).

§ Publicação (em *ebook* e papel) das edições produzidas no âmbito do Legis-PALOP + TL

1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – Atividades concluídas. 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



§ **Angola:** Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penais e Processo Penal.

Aprovação dos seguintes diplomas: Lei n.º 15/18, de 26 de dezembro, sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 5/20, de 27 de janeiro, Lei de Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

§ **Cabo Verde:** Regime harmonizado está a ser plenamente apropriado. Foi contratada uma consultoria no âmbito do PACED, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.

§ **Moçambique:** Acompanhamento realizado aquando da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovou Lei 2/2018, de 19 de Junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GiFIM; a Lei n.º 5/2018, de 2 de Agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Ações Conexas; a Lei n.º 21/2019, de 11 de Novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal. As revisões do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Execução de Penas foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro; Lei n.º 25/2019, de 26 de Dezembro e Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro).

§ **São Tomé e Príncipe:** Acompanhamento dos trabalhos juntos do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O pacote legislativo de combate à corrupção foi submetido pelo Governo à Assembleia Nacional em setembro de 2021.

§ **Timor-Leste:** Missão de seguimento realizada em setembro de 2019. Promulgada nova lei contra a Corrupção em agosto de 2020.

§ **Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes**, realizada a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.

2.1.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas»

Realizada a 1.^a edição dos encontros em todos os países.

Realizada a 2.^a edição dos encontros em todos os países.



2.1.2.1 e 2.1.2.2

Publicação de manuais

§ Organização e gestão para a área da investigação criminal

§ Organização e gestão para a área do sistema judicial

§ Manual de formação de formadores CEJ



2.1.3

Conferências e seminários formativos sobre organização e gestão da justiça criminal

§ Angola, 5 a 8 de junho de 2017

§ Moçambique, 26 a 28 de setembro de 2017

§ Timor-Leste, 6 a 9 de março de 2018

§ Cabo Verde, 17, 18 e 19 de outubro de 2018

§ Guiné-Bissau, de 28 a 31 de outubro de 2019

§ São Tomé e Príncipe, 9 a 11 de março de 2020



2.1.3.8

Formação de especialistas

(formação assegurada pelo Centro de Estudos Judiciários).

Lisboa, de 21 a 25 de outubro de 2019



2.1.4.1

Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

2.1.4.2

Fornecimento de equipamentos para o laboratório da PJ STP e fornecimento de equipamento informático à PJ de CV

2.1.4.3

Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, 24 e 26 de novembro de 2021, Bissau, Guiné-Bissau, em parceria com a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau e o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à revisão global da "Proposta Final de Anteprojeto" da nova lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de Cabo Verde

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à apreciação do plano de transparência e gestão de risco na Administração Pública de Angola e Revisão da proposta de Lei Moralidade Pública de Angola

§ Missão de um especialista da Polícia Judiciária de Portugal para instalação de equipamento de laboratório recebido pela Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, bem como formação de funcionamento do mesmo por parte do especialista. 1 a 15 de fevereiro de 2020

§ Aquisição de 2 motorizadas (e capacetes) para a Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe)

§ Aquisição de três acervos bibliográficos de obras fundamentais para os 3 juízes estagiários da República Democrática de Timor Leste – cerimónia de entrega realizada a 2 de junho de 2020

§ Aquisição de 12 acervos bibliográficos de obras fundamentais para 6 entidades parcerias do PACED na República Democrática de Timor Leste - a entrega ocorreu em fevereiro e outubro de 2021

§ Aquisição de equipamento informático para os Centros de Formação - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

§ Celebração de protocolo de parceria editorial com a Universidade Católica Editora (UC Editora) tendo em vista a edição do livro "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano - PACED" por parte desta editora; foi lançada em dezembro de 2020 pelo Presidente da República de Moçambique

§ Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, entre 19 e 22 de junho de 2020

§ I Curso de Pós-Graduação online Sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado (setembro e novembro de 2020)

§ Aquisição de computador portátil para a Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de três máquinas fotográficas e respetivos acessórios (objetivas, baterias, cartões de memória SD, tripés, sacos, cabos, outros) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Formação à distância de especialistas do Laboratório da PJ de STP - março/abril de 2021, por videoconferência e presencial (concluída)

§ Fornecimento de material informático ao Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde e às Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde

§ Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção

§ Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol, Basel Institute on Governance, Glacy +, IACA)

§ Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida (continuação)

§ Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro Formação de Formadores para Oficiais de Justiça da República de Angola, a 1.ª fase decorreu entre 23 de novembro e 27 de novembro e entre 14 de dezembro e 18 de dezembro de 2020.

§ Formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, novembro de 2020

§ Aquisição de equipamento de rede informática (*switch*, router, cablagem, fichas de rede e respetiva instalação) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Realização do seminário "O enquadramento jurídico-internacional do combate ao tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operacionalização do art.º 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988)". Encontro Anual dos Magistrados do Ministério Público. Praia (Cabo Verde), 5 e 6 de março de 2020

§ Formação em IBM iz Analyst Notebook destinada a seis técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe

2.2.1 e 2.2.2

Formações Nacionais (CE) e EPJ)

Concluída em todos os países a 2.ª fase e 3.ª fase das formações nacionais, faltando apenas Timor-Leste.



2.4.1

Ações para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Processo concluído. Campanha assumida como publicidade institucional por parte de Angola e São Tomé e Príncipe. Nos restantes países esta possibilidade encontra-se a ser igualmente equacionada. Realizada parceria com a RTP África e Internacional, bem como com a RDP África para a transmissão gratuita dos *spots*.

3.1.1

Participação em encontro de alto nível

§ Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa – decorreu em outubro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, que recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação, em desenvolvimento no âmbito do PACED.

3.2.1

Realização de seminários abertos à sociedade nas temáticas do Projeto

- § Guiné-Bissau, fevereiro de 2020;
- § Moçambique, outubro de 2020, por videoconferência, devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19
- § Cabo Verde, fevereiro de 2021
- § São Tomé e Príncipe, julho de 2021
- § Angola, outubro de 2021

3.3.1

Assegurada a participação em iniciativas regionais



- § V Congresso Internacional de Direito, Porto, junho 2017
- § Apoio à participação de 15 formandos no curso de ensino à distância – CES
- § Apoio à participação de um magistrado guineense no FONAJUC, Brasília
- § Apoio à participação de um magistrado moçambicano no workshop «Train the trainers», Bruxelas
- § Apoio à participação de orador no Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, São Tomé
- § Apoio à participação no curso «Globalização, Direito e Justiça Criminal»
- § Conferência regional sobre corrupção – Gaborone – BW
- § Conferência em Cabo Verde – participação de Moçambique
- § Conferência em Moçambique – participação de Cabo Verde
- § 4.ª Formação Global da Associação Internacional de Procuradores
- § CES Summer School
- § Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil
- § Apoio à deslocação de um participante de Angola a Lisboa e a Viena
- § IAJ – Marraquexe
- § V Jornada Açoriana de Direito
- § Conferência e Assembleia Geral da UIJLP – novembro de 2019, Guiné-Bissau
- § Reunião mundial da Rede de Integridade Judiciária, da UNODC Doha (Qatar), 23 a 28 de fevereiro
- § XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste, 23 e 24 de agosto de 2021, em São Tomé e Príncipe

3.4.1

Guia de Formação e Cooperação

§ Publicado o guia que possibilita a sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis - versão ebook e papel

3.5

Fóruns de Reflexão, Criação e Partilha de Redes Colaborativas (Juizes, Ministério Público, UIF e PIQ)

O 3.º Fórum das UIF, o último das 12 edições, foi realizado por videoconferência nos dias 26 e 27 de maio de 2020
O Seminário das UIF dos PALOP e Timor-Leste decorreu entre os dias 20 e 22 de julho de 2021, dedicado ao tema "O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios".

3.6.1 e 3.6.2

Plataforma de Comunicação e Formação

- § Concluído o estudo preliminar com realização de missão circular
- § Lançado o concurso internacional para o desenvolvimento da Plataforma
- § Em novembro de 2019, a sua titularidade foi atribuída à CMJPLOP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde
- § Em fevereiro de 2021 foram assinados os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação. O desenvolvimento pedagógico e didático será assegurado pelo CEJ, cabendo ao IGFEJ, garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

Disponibilização e atualização do sítio do PACED www.paced-paloptl.com nas seguintes valências



- § PACED em números em PDF (gravação e impressão)
- § Nova área temática COVID-19 e Estado de Direito
- § Criação de separador PACED em Inglês
- § Nova funcionalidade de inserção de vídeos e concomitante criação do canal PACED no Youtube
- § Inserção dos logós com destaque na *homepage* dos parceiros nas ações de formação
- § Criação de separador com *spots* da campanha de visibilidade PACED
- § Criação de separador para comunicados de imprensa
- § Melhoria geral do funcionamento do *site* com correção de pequenos *bugs* e atualização de funcionalidades em *back office*
- § Execução atualizada, no PACED em números
- § *Spots* temáticos
- § Novo separador resultados/ testemunhos
- § Bolsa de formadores PACED
- § Documentos do Projeto

Comunicação



- § Publicações digitais das conferências realizadas em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau
- § Transmissão em direto e disponibilização em linha do 3.º Fórum dos Juízes (Justiça TV: www.justicativ.com)
- § Participação na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais do FEDdos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, em Maputo, março 2019
- § Contribuição para o evento comemorativo do Dia da Europa, em Bissau, maio 2020 – #FeiraProjetosUEGuineBissau
- § Criação da *newsletter* (bimestral)
- § Serviço de *clipping* (diário para a EAT e semanal para as UTN)
- § Participação na Mostra de Projetos da UE em Timor-Leste, outubro de 2020
- § Reforço da capacidade *online* de formação/ divulgação através de parceria com a Justiça TV, no âmbito da situação pandémica
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços de Apoio ao Ordenador Nacional do FEDde Angola (Ministério da Economia e Planeamento), em outubro de 2020.
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços do Ordenador Nacional do FEDde Timor-Leste, fevereiro de 2021.
- § Produção de vídeo síntese dos resultados do projeto -fevereiro de 2021 (disponível no site PACED).
- § Lançamento do programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», (disponível no site PACED), resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto, com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação.

Plano de contingência face à situação atual da pandemia da COVID-19



- § Lançamento de material de sinalética do Projeto de prevenção da COVID 19 e envio aos parceiros
- § Entregue e atualizado Plano geral: Adaptação das atividades já programadas, com a manutenção dos contratos em curso e a conclusão dos processos aquisitivos
- § Neste âmbito sublinhamos a realização do 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira por videoconferência, a entrega de bibliotecas jurídicas aos novos juízes de Timor-Leste e a inauguração da rede informática da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
- § Criação de nova área temática no *site* «COVID-19 e Estado de Direito» (documentos de interesse, coletânea de legislação em parceria com Legis-PALOP + TL, partilha de experiências através de texto e vídeo)
- § Ciclo de Conferências *online* «COVID-19 e Estado de Direito» com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com
- § I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça, *online*, nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h em Lisboa, 19h em Díli, uma iniciativa em parceria com a Network Timor - Lei & Justiça: Painel 1: 18 de dezembro - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais); Painel 2: 21 de dezembro - Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades; Painel 3: 22 de dezembro - Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas; Painel 4: 23 de dezembro (edição especial em Tétum) - Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2022 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições – SiGAM, desenvolvido pela PCIC. Atividade desenvolvida em parceria com o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, assim como pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobranes.

Com duração até junho de 2022, o PACED tem um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento e 1,4 milhões de euros pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.), dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Mais informações:

João Pedro Campos
Cordenação-Geral do PACED
Rua Rodrigues Sampaio, 3, 1150-278 Lisboa · Portugal
+351 213 176 871 +351 913 059 254
jpcampos.paced@camoes.mne.pt
www.paced-paloptl.com

O PACED conta com a participação financeira da União Europeia. As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.